	PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS Associativo Jardim das Paineiras	REVISÃO: 01
		DATA: 24/04/2015

PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS


Associativo Jardim das Paineiras

Sumário

1.	IDENTIFICAÇÃO	1
2.	INTRODUÇÃO	2
3.	LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	2
3.1.	DEFINIÇÕES	2
3.2.	Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PGRCC.....	2
3.3.	Resíduos sólidos	2
3.4.	Classificação dos Resíduos da Construção Civil.....	2
3.5.	Coopertativa.....	3
3.6.	Bags	3
3.7.	Segregação de Resíduos.....	3
3.8.	Minimização e Redução na fonte geradora	3
3.9.	Acondicionamento	3
3.10.	Armazenamento.....	3
3.11.	Reutilização	4
3.12.	Reciclagem	4
3.13.	Transporte.....	4
3.14.	Destinação Final	4
3.15.	Disposição Final.....	4
4.	CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO	4
5.	DESCRIÇÃO DO GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS	5
5.1.	Gestão de Resíduos.....	5
5.2.	Responsáveis por cada etapa do gerenciamento	7
5.3.	Procedimentos operacionais de gerenciamento sob responsabilidade do gerador	7
5.4.	Ações corretivas e preventivas	7
5.5.	Periodicidade de Revisão do PGRCC	7
6.	DESTINAÇÃO DOS RESÍDUOS.....	9

1. IDENTIFICAÇÃO

EMPREENDEDOR	MDR Construtora Ltda.
CNPJ	07.794.214/0001-26
ENDEREÇO	Rua Alice Além Saadi, 855
BAIRRO:	Nova Ribeirânia
MUNICÍPIO:	Ribeirão Preto
UF:	São Paulo
TELEFONE:	(16)3995-9300
EMAIL:	Edmilson.rodrigues@mdrconstrutora.com.br
EMPREENDIMENTO:	Associativo Jardim das Paineiras
ENDEREÇO	Av. João Gibran, s/nº
MUNICÍPIO:	Viradouro
UF:	SP
DIRETOR TÉCNICO:	Ricardo Ragazzi de Oliveira
COORDENADOR:	Ricardo Ragazzi de Oliveira
RESPONSÁVEL TÉCNICO:	Ricardo Ragazzi de Oliveira
TÉCNICO DE EDIFICAÇÕES:	Ricardo Ragazzi de Oliveira
TÉCNICO DE SEGURANÇA:	Alencar Aparecido Lunardello
MESTRE DE OBRA:	Paulo Sergio de Moraes Dantas

	PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS Associativo Jardim das Paineiras	REVISÃO: 01
		DATA: 24/04/2015

2. INTRODUÇÃO

O presente Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PGRCC tem como objetivo o manejo ambientalmente adequado dos resíduos de construção civil, atendendo a princípios de redução da geração na origem, reutilização e reciclagem. Este plano foi elaborado com base nas normas e diretrizes nacionais vigentes.

3. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

-Lei Federal 12.305, de 2 de agosto de 2010, institui a Política Nacional dos Resíduos Sólidos;

-Decreto nº 332, de outubro de 2008, disciplina o sistema para gestão sustentável de resíduos da construção civil e resíduos volumosos do município de Ribeirão Preto e o Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil;

-Lei Complementar 2.571, de dezembro de 2012, altera a lei complementar nº 2.538, que institui a Política Municipal de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana e dá outras providências;

-Resolução CONAMA nº 307 de julho de 2002, dispõe sobre gestão dos resíduos da construção civil;

-Resolução CONAMA nº 448 de janeiro de 2012, dispõe sobre gestão dos resíduos da construção civil.

3.1. DEFINIÇÕES

3.2. Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PGRCC

É um processo que aponta e descreve as ações relativas ao manejo dos resíduos sólidos nas obras de construção de empreendimentos habitacionais, contemplando a segregação na origem, coleta, manejo, acondicionamento, armazenamento, transporte, minimização, reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final.


3.3. Resíduos sólidos

Material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível.

3.4. Classificação dos Resíduos da Construção Civil

Os resíduos da construção civil são classificados, da seguinte forma, segundo Resolução CONAMA nº 307/2002.

Entulho Limpo L (Classe A) - são resíduos reutilizáveis ou recicláveis como agregados, tais como:

	PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS Associativo Jardim das Paineiras	REVISÃO: 01
		DATA: 24/04/2015

- a) De construção, demolição, reformas e reparos de pavimentação e de outras obras de infraestrutura, inclusive solos provenientes de terraplenagem;
- b) De construção, demolição, reformas e reparos de edificações: materiais cerâmicos (tijolos, azulejos, blocos, telhas, placas de revestimento, etc.) argamassa e concreto.
- c) De processo de fabricação e/ou demolição de peças pré-moldadas em concreto (blocos, tubos, meio-fio, etc.) produzido nos canteiros de obras.

Entulho Misto M (Classe B) - são resíduos recicláveis para outras destinações, tais como: plásticos, papel, papelão, metais, vidros, madeiras, Gesso e outros;

Classe D – são resíduos perigosos oriundos do processo de construção, tais como: tintas, solventes, óleos, e outros, ou aqueles contaminados oriundos de demolições, reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais e outros.

V – Massa Verde, Podas e Galhadas ou Madeira.

3.5. Cooperativa

Associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva democraticamente gerida.

3.6. Bags

Recipientes fornecidos pela cooperativa com a função de armazenar materiais recicláveis.

3.7. Segregação de Resíduos

Implica em separar os resíduos na área onde são gerados, pois, quando misturados, eles tornam-se impuros, impedindo que possam ser reutilizados ou reciclados. A segregação de resíduos ocorrerá durante toda obra.

3.8. Minimização e Redução na fonte geradora


A minimização da geração de resíduos se baseia na adoção de técnicas que possibilitem a redução do volume e ou toxicidade dos resíduos e, conseqüentemente, de sua carga poluidora. A redução na fonte consiste na redução ou eliminação da geração de um resíduo de processo através de modificações dentro do próprio processo.

3.9. Acondicionamento

Processo de acondicionar os resíduos em recipientes designados para cada um.

3.10. Armazenamento

É a contenção temporária de resíduos em local apropriado, à espera de reciclagem, reutilização ou destinação final adequada.

	PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS Associativo Jardim das Paineiras	REVISÃO: 01
		DATA: 24/04/2015

3.11. Reutilização

Uso direto do resíduo dentro do processo.

3.12. Reciclagem

Recuperação ou reaproveitamento de resíduos ou de seus constituintes por terceiros, diminuindo assim a quantidade de resíduos lançados no meio ambiente, além de contribuir para conservação dos recursos naturais não renováveis.

3.13. Transporte

Consiste em recolher os resíduos armazenados nos recipientes como sacos, baldes, contêiner, caçambas, etc., e transportá-los, através de equipamentos adequados até os locais de reutilização, reciclagem ou disposição final.

3.14. Destinação Final

Destinação de resíduos que inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético ou outras destinações admitidas, entre elas a disposição final.

3.15. Disposição Final


Dispor o resíduo de forma definitiva e adequada em área apropriada como, por exemplo, em aterro sanitário ou industrial, de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança.

4. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

O Associativo Jardim das Paineiras, situado na Av. João Gibran, s/nº, é constituído de 95 residências térreas.

O empreendimento é constituído de 95 casas com 92 unidades sendo 45,22 m² totalizando 4.160,24 m² e 03 unidades sendo 45,51 m² totalizando 136,53 m².

O empreendimento tem Alvará de Construção nº 173/2014 emitido pela Prefeitura Municipal de Viradouro em 28/10/2014.

	PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS Associativo Jardim das Paineiras	REVISÃO: 01
		DATA: 24/04/2015

5. DESCRIÇÃO DO GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

5.1. Gestão de Resíduos

O manejo e controle de resíduos gerados nas fases de implantação do empreendimento Associativo Jardim das Paineiras, será realizado com base nos princípios abaixo:

- Não gerar resíduos;
- Minimizar a geração dos resíduos;
- Minimizar a quantidade de resíduos enviados para aterros;
- Aumentar a quantidade de resíduos recicláveis;
- Cumprir a legislação e normas ambientais relativas a resíduos sólidos;
- Diminuir o consumo de água
- Diminuir o consumo de energia elétrica.

A figura 2 apresenta o fluxograma para o gerenciamento de resíduos.

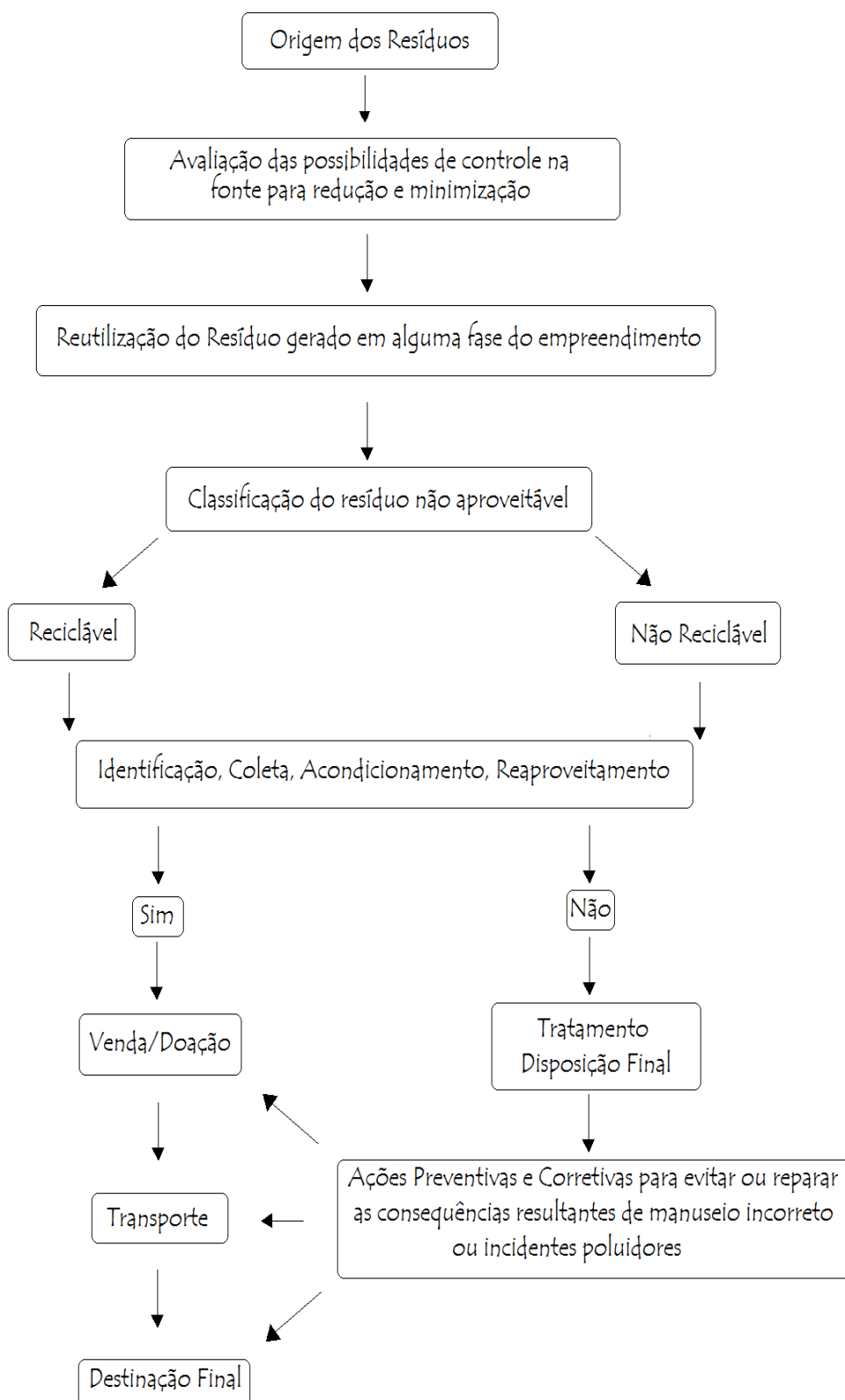



PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS

Associativo Jardim das Paineiras

REVISÃO: 01

DATA: 24/04/2015



	PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS Associativo Jardim das Paineiras	REVISÃO: 01
		DATA: 24/04/2015

5.2. Responsáveis por cada etapa do gerenciamento

O gerenciamento de resíduos é dividido nas seguintes etapas:

- a) Geração: o responsável por tal etapa é a própria construtora.
- b) Segregação: o responsável por esta etapa é a própria construtora
- c) Armazenamento: o responsável por esta etapa é a própria construtora.
- d) Reciclagem/Reutilização em obra: o responsável por esta etapa é a própria construtora.
- e) Transporte: o responsável por esta etapa poderá ser a própria construtora, empresa especializada em transporte ou empresa que providenciará o devido tratamento como, por exemplo, reciclagem ou destinação final.
- f) Destinação: o responsável desta etapa será aquele que realizar o devido tratamento do resíduo, como, reciclagem, compostagem, recuperação, aproveitamento energético, disposição final, etc.

5.3. Procedimentos operacionais de gerenciamento sob responsabilidade do gerador


Os resíduos reutilizáveis disponíveis em obra serão reutilizados de modo racional, evitando todo e qualquer desperdício em obra. Os procedimentos operacionais sob responsabilidade do gerador serão divididos de acordo com o tipo de resíduo, conforme anexo A.

5.4. Ações corretivas e preventivas

Em caso de derrames de recipientes na hora da coleta, transporte e armazenamento, será tomado a seguinte medida: remover todo o resíduo imediatamente e limpar o local. Qualquer tipo de acidente será imediatamente comunicado ao mestre de obra.

5.5. Periodicidade de Revisão do PGRCC

O PGRCC será revisado continuamente de modo que esteja sempre atualizado, atendendo as leis e determinações estabelecidas.

	PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS Associativo Jardim das Paineiras	REVISÃO: 01
		DATA: 24/04/2015

Destinação dos Resíduos

Com relação à destinação dos RCCs gerados, conforme já citado anteriormente, os resíduos classe A, B e C serão levados à RECICLAX, que possui área devidamente licenciada e tem procedimentos corretos e adequados para triagem, processamento, reuso e destinação final para todas as classes de resíduos, exceto os de Classe D. Os resíduos de gesso dessa obra, apesar de ainda não serem descartados, pois serão gerados em pequena quantidade, quando forem também serão destinados à Reciclax. Após triado na Reciclax os materiais recicláveis são todos enviados para a Dionísio Recicláveis, já os resíduos classe C e o gesso vão para o CGR de Guataparã.

As latas de tintas e demais materiais perigosos provenientes da etapa de pintura, por também terem um volume de geração pequena, serão devidamente manuseadas e armazenadas no almoxarifado da obra. Primeiramente esses resíduos Classe D serão acondicionados na própria obra, e à medida que forem gerados serão coletados.

Tal procedimento será adotado com o intuito de acumular mais resíduos Classe D provenientes de outras obras da construtora, para assim se ter um volume maior para descarte, visto que, por serem perigosos é preciso destiná-los à Aterros Controlados Classe 1. Como a maioria dos aterros classe 1 exigem um volume mínimo de descarte, a MDR Construtora decidiu então adotar essa estratégia, pois além de conseguir atingir o volume necessário, reduzirá também o custo de logística da destinação. Contudo isso será melhor abordado em um outro PGRCC da construtora, quando elas realmente forem enviados ao aterro.

Com relação aos resíduos orgânicos e inorgânicos gerados, eles serão depositados no Aterro Municipal de Viradouro, que é gerido pela prefeitura da cidade. Os resíduos de EPIs contaminados serão levados pela empresa NGA de Jardinópolis e incinerados.



Caminhão de coleta de Resíduos Sólidos Domiciliares levando os resíduos para o Aterro Municipal Fonte: www.youtube.com.br



Funcionários da NGA levando resíduos para incineração.

Fonte: NGA

Processamento dos Resíduos de Construção Civil na RECICLAX.

A RECICLAX foi criada em uma iniciativa que resultou na união de 10 construtoras de Ribeirão Preto, baseada em propósitos de sustentabilidade e seguindo a legislação ambiental vigente baseada na Resolução CONAMA 307 de 2002, na PNRS - Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei 12.305/2010 e na Lei Municipal 1404 de 2004, que regulamentam, entre outros, a gestão e a destinação de RCDs - Resíduos de Construção Civil e Demolição.

A usina de recebimento e reciclagem de RCDs está situada em uma área de aproximadamente 200.000 m² na rodovia Antonio Machado Sant'anna – SP 255 - KM 16,5. Área projetada, instalada e operacionalizada de acordo com a orientação técnica constante na Licença de Operação expedida pela CETESB e pela Secretaria de Meio Ambiente de Ribeirão Preto.

Foi desenvolvida uma metodologia própria de recebimento, pré triagem, triagem, processamento e beneficiamento dos RCDs, de forma que haja o melhor aproveitamento do material recebido, resultando no menor impacto ambiental possível. São executadas as seguintes etapas:

1. Recebimento do material e pré triagem no pátio operacional:





Nos processos de pré triagem e triagem é feita a separação dos materiais recicláveis que são enviados para destino adequado e reintroduzidos no mercado, são eles:

- Madeira
- Metal
- Papel
- Plástico
- Vidro

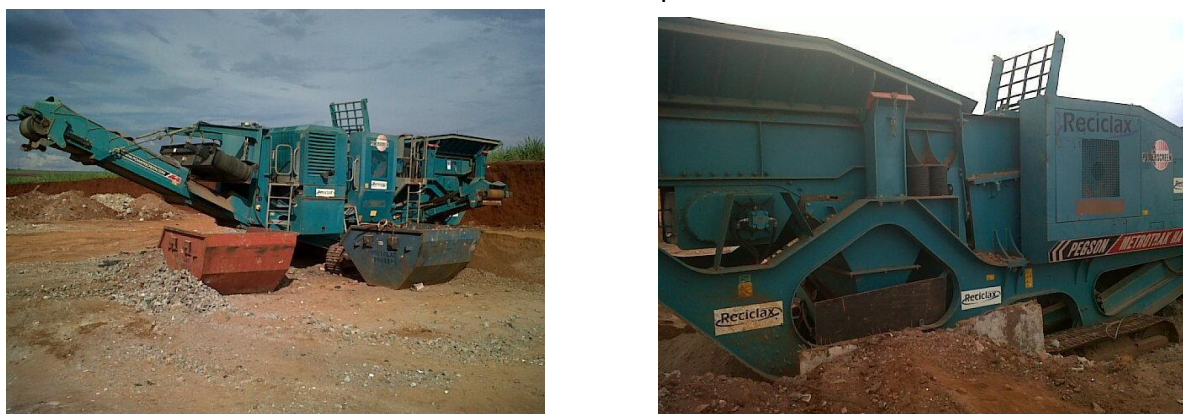



Processo de triage dos recicláveis na mesa triadora. Fonte: RECICLAX



Madeira recebida na RECICLAX processada.

Fonte: RECICLAX

2. Triagem em mesa vibratória do RCC pré triado;**Triagem de RCC da RECICLAX.****Fonte: RECICLAX.****3. Processamento do RCC triado (Britador);****Processamento do RCC triado.****Fonte: RECICLAX****4. Beneficiamento do RCC processado:****Beneficiamento do RCC processado. Fonte: Reciclax**

	PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS Associativo Jardim das Paineiras	REVISÃO: 01
		DATA: 24/04/2015

5. Destinação do Gesso e Rejeitos

Após os procedimentos de pré triagem e triagem, bem como nos recebimentos em cargas específicas, os materiais contaminantes não recicláveis, tais como Gesso ou rejeitos não recicláveis, entre eles, volumosos, restos de alimentação, lixo, isopor, fibras, entre outros, são destinados diretamente para o CGR de Guatapar, dotado de sistemas modernos e seguros com tecnologia de ponta para o tratamento e disposição final dos resíduos sólidos, preservando os recursos naturais.



Local de acondicionamento de Gesso na RECICLAX.

Fonte: RECICLAX

**PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS**

REVISÃO: 01

Associativo Jardim das Paineiras

DATA: 24/04/2015

Controle de Transporte de Resíduos (CTR)

CTR N°: 151351

Fones: 16 - 3514 5695/5694
16 - 35145661/5618**RECICLAX Reciclagem de Resíduos da Construção Civil Ltda.**Rod. Antônio Machado Sant'Anna, Km 16,5, Sentido Sul – Zona Rural - CEP 14031-050 – Ribeirão Preto-SP
CNPJ: 09.612.814/0001-51 – Inscr. Est.: 582.776.527.110E-mail: apoio.reciclax@geovisiconsae.com.br

Em conformidade à norma NBR/ABNT 15114/2004 e Licença Municipal 1704/2004

FICHA PARA CONTROLE DE TRANSPORTE DE RESÍDUOS – CTR

ATENÇÃO: O PREENCHIMENTO INCORRETO DESTA FICHA PODE INCORRER NO BLOQUEIO DA ENTRADA DO MATERIAL NA UNIDADE

I. DISCRIMINAÇÃO DO SERVIÇO: RECEPÇÃO E TRIAGEM DOS RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL**ENVIADO - GERADOR (PREENCHIMENTO GERADOR)**

Transporte em caminhão ()

Tipo: _____
Volume: _____ (m³) Class.: _____
Data: _____ Hora: _____

Transporte em caçamba ()

Caçamba N°: _____ Class.: _____
Caçamba N°: _____ Class.: _____**RECEPÇÃO - VERIFICAÇÃO (PREENCHIMENTO RECICLAX)**

Transporte em caminhão ()

Volume: _____ (m³)
Peso: _____ (ton) Class.: _____

Transporte em caçamba ()

Caçamba N°: _____ Class.: _____ Peso: _____ (ton)
Caçamba N°: _____ Class.: _____ Peso: _____ (ton)

Altura: _____ Largura: _____ Comprimento: _____ Cç _____

Data: _____ Hora recepção no pátio: _____ Hora de término de descarregamento: _____

II. LEGENDA PARA CLASSIFICAÇÃO DOS RESÍDUOS

L – Entulho Limpo (Concreto, Alvenaria, Produtos Cerâmicos, Argamassa, Terra, Areia, Pedra, Cimento, Cal, Asfalto).

M – Entulho Misto (Entulho + Madeira, Papel, Plástico, Vidro, Metal/Sucata, Fibrocimento, Isopor, Concreto Armado, Vigas).

G – Gesso (em qualquer quantidade).

V – Massa Verde, Podas e Galhadas ou Madeira.

Materiais de diferentes classificações na mesma caçamba ou caminhão implicará na cobrança da classificação de maior preço.**Materiais não aceitos: Volumosos (sofás, colchões, etc.), lâmpadas, pneus, lâ de vidro, marmite, EPis, eletrônicos e restos de alimentos.****III. IDENTIFICAÇÃO**

CONSTRUTORA: _____ NOME DA OBRA: _____

ENDEREÇO (OBRA): _____ N° _____ COMPLEMENTO: _____

BAIRRO: _____ Tel./Cel.: _____ CNPJ/CPF (Obra) n°: _____

FATURAMENTO (Quem irá pagar a fatura): _____ CNPJ/CPF _____

IV. IDENTIFICAÇÃO DO TRANSPORTADOR E DO VEÍCULO

EMPRESA: _____ N° DA LICENÇA DO TRANSPORTADOR: _____

PLACA DO VEÍCULO: _____ NOME DO CONDUTOR: _____ Tel./Cel.: _____

ENDEREÇO: _____ N° _____ BAIRRO: _____

OBS: Caminhões do tipo carroceria devem ser descarregados pelo transportador.**V. RESPONSABILIDADE**

GERADOR

NOME: _____

CPF: _____

TRANSPORTADOR

NOME: _____


CPF: _____

ÁREA RECEPTORA

NOME: _____

CPF: _____

OBS.:

	PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS	REVISÃO: 01
	Associativo Jardim das Paineiras	DATA: 24/04/2015

ART de Execução do PGRCC

Resolução nº 1.025/2009 - Anexo I - Modelo A

Página 1/2



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo

CREA-SP

ART de Obra ou Serviço
92221220141398556

1. Responsável Técnico

RICARDO RAGAZZI DE OLIVEIRA

Título Profissional: Engenheiro Civil

RNP: 2605288358

Registro: 5062090562-SP

Registro: 0784410-SP

Empresa Contratada: **MDR CONSTRUTORA LTDA**

2. Dados do Contrato

Contratante: **MDR CONSTRUTORA LTDA**

CPF/CNPJ: 07.794.214/0001-26

Endereço: **Rua ALICE ALÉM SAADI**

Nº: 855

Complemento:

Bairro: **NOVA RIBEIRÂNIA**

Cidade: **Ribeirão Preto**

UF: **SP**

CEP: 14096-570

Contrato: **Sem número**

Celebrado em: **09/10/2014**

Vinculada à Art nº:

Valor: **R\$ 5.000,00**

Tipo de Contratante: Pessoa jurídica de direito privado

Ação Institucional:

3. Dados da Obra/Serviço

Endereço: **Avenida JOAO GIBRAN**

Nº:

Complemento:

Bairro: **JARDIM DAS PAINEIRAS**

Cidade: **Viradouro**

UF: **SP**

CEP: 14740-000

Data de Início: **09/11/2014**

Previsão de Término: **09/11/2016**

Coordenadas Geográficas:

Finalidade: **Residencial**

Código:

Proprietário: **MDR CONSTRUTORA LTDA**

CPF/CNPJ: 07.794.214/0001-26

4. Atividade Técnica

				Quantidade	Unidade
Direção					
1	Projeto	Construção	Residencial	4296,77	metro quadrado
Elaboração					
2	Projeto	Construção	Residencial	4296,77	metro quadrado
Execução					
3	Projeto	Construção	Residencial	4296,77	metro quadrado

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

ELABORACAO DO PROJETO, DIRECAO E RESPONSABILIDADE TECNICA PELA EXECUCAO DA FUNDACAO, ESTRUTURA, INSTALACOES HIDRAULICA E ELETRICA DA CONSTRUCAO DE 95 CASAS DO EMPREENDIMENTO JARDIM DAS PAINEIRAS NA CIDADE DE VIRADOURO/SP

6. Declarações

Acessibilidade: Declaro atendimento às regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

**PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS**

REVISÃO: 01

Associativo Jardim das Paineiras

DATA: 24/04/2015

Licença de Operação RECICLAX

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

02

Processo Nº
04/00498/10

LICENÇA DE OPERAÇÃO PARCIAL

VALIDADE ATÉ : 08/03/2017

Nº 4004649

Versão: 01

Data: 08/03/2012

de Novo Estabelecimento

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Nome	RECICLAX RECICLAGEM DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA				CNPJ
					09.612.814/0001-51
Logradouro	ROD. ANTÔNIO MACHADO SANTANA-SP 255, KM 16,5				Cadastro na CETESB
					582-3572-4
Número	Complemento	Bairro	CEP	Município	
-	ZONA RURAL	PQ RIBEIRÃO PRETO	14031-050	RIBEIRÃO PRETO	

CARACTERÍSTICAS DO PROJETO

Atividade Principal					
Descrição USINÁ DE RECICLAGEM DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E/OU INERTE					
Bacia Hidrográfica 72 - PARDO		UGRHI 4 - PARDO		Classe	
Corpo Receptor					
Área (metro quadrado)					
Terreno	Construída	Atividade ao Ar Livre	Novos Equipamentos	Lavra(ha)	
207.355,28	1.378,04	36.272,40			
Horário de Funcionamento (h)		Número de Funcionários		Licença de Instalação	
Início	Término	Administração	Produção	Data	Número
07:30	36 17:15	8	56	04/05/2011	04003175

A CETESB—Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Estadual nº 118/73, alterada pela Lei 13.542 de 08 de maio de 2009, e demais normas pertinentes, emite a presente Licença, nas condições e termos nela constantes;
A presente licença está sendo concedida com base nas informações apresentadas pelo interessado e não dispensa nem substitui quaisquer Alvarás ou Certidões de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal;
A presente Licença de Operação refere-se aos locais, equipamentos ou processos produtivos relacionados em folha anexa;
Os equipamentos de controle de poluição existentes deverão ser mantidos e operados adequadamente, de modo a conservar sua eficiência;
No caso de existência de equipamentos ou dispositivos de queima de combustível, a densidade da fumaça emitida pelos mesmos deverá estar de acordo com o disposto no artigo 31 do Regulamento da Lei Estadual nº 997, de 31 de maio de 1976, aprovado pelo Decreto nº 8468, de 8 de setembro de 1976, e suas alterações;
Alterações nas atuais atividades, processos ou equipamentos deverão ser precedidas de Licença Prévia e Licença de Instalação, nos termos dos artigos 58 e 58-A do Regulamento acima mencionado;
Caso venham a existir reclamações da população vizinha em relação a problemas de poluição ambiental causados pela firma, esta deverá tomar medidas no sentido de solucioná-los em caráter de urgência;
A renovação da licença de operação deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 dias, contados da data da expiração de seu prazo de validade.

USO DA CETESB

SD Nº
04012948

Tipos de Exigências Técnicas

ENTIDADE

EMITENTE

Local: RIBEIRÃO PRETO

Esta licença de número 4004649 foi certificada por assinatura digital, processo eletrônico baseado em sistema criptográfico assíncrono, assinado eletronicamente por chave privada. Para verificação de sua autenticidade deve ser consultada a página da CETESB, na Internet, no endereço: www.cetesb.sp.gov.br/licenca

**PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS**

REVISÃO: 01

Associativo Jardim das Paineiras

DATA: 24/04/2015

Licença de Operação CGR Guatapará

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

02

Processo Nº
04/00484/06

LICENÇA DE OPERAÇÃO PARCIAL

VALIDADE ATÉ : 15/02/2018

Nº 52001106

Versão: 01

Data: 15/02/2013

de Novo Estabelecimento

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Nome
CGR GUATAPARÁ - CENTRO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS LTDA. CNPJ
08.463.831/0001-01

Logradouro
RODOVIA DEPUTADO CUNHA BUENO SP-253 Cadastro na CETESB
726-34-0

Número	Complemento	Bairro	CEP	Município
KM 183	S/Nº	ZONA RURAL	14115-000	GUATAPARÁ

CARACTERÍSTICAS DO PROJETO

Atividade Principal					
Descrição					
ATERRO SANITÁRIO					
Bacia Hidrográfica		UGRHI			
73 - MOGI-GUAÇU		9 - MOGI-GUAÇU			
Corpo Receptor		Classe			
Área (metro quadrado)					
Terreno	Construída	Atividade ao Ar Livre	Novos Equipamentos	Lavra(ha)	
968.000,00	840,59	250.544,36			
Horário de Funcionamento (h)		Número de Funcionários		Licença de Instalação	
Início	Termino	Administração	Produção	Data	Número
06:00	as 06:00	15	35	01/11/2006	04002632

A CETESB—Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Estadual nº 118/73, alterada pela Lei 13.542 de 08 de maio de 2009, e demais normas pertinentes, emite a presente Licença, nas condições e termos nela constantes;

A presente licença está sendo concedida com base nas informações apresentadas pelo interessado e não dispensa nem substitui quaisquer Alvarás ou Certidões de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal;

A presente Licença de Operação refere-se aos locais, equipamentos ou processos produtivos relacionados em folha anexa;

Os equipamentos de controle de poluição existentes deverão ser mantidos e operados adequadamente, de modo a conservar sua eficiência;

No caso de existência de equipamentos ou dispositivos de queima de combustível, a densidade da fumaça emitida pelos mesmos deverá estar de acordo com o disposto no artigo 31 do Regulamento da Lei Estadual nº 997, de 31 de maio de 1976, aprovado pelo Decreto nº 8468, de 8 de setembro de 1976, e suas alterações;

Alterações nas atuais atividades, processos ou equipamentos deverão ser precedidas de Licença Prévia e Licença de Instalação, nos termos dos artigos 58 e 58-A do Regulamento acima mencionado;

Caso venham a existir reclamações da população vizinha em relação a problemas de poluição ambiental causados pela firma, esta deverá tomar medidas no sentido de solucioná-los em caráter de urgência;

A renovação da licença de operação deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 dias, contados da data da expiração de seu prazo de validade.

USO DA CETESB

SD Nº	Tipos de Exigências Técnicas
52002862	Ar, Água, Solo, Outros

ENTIDADE

EMITENTE

Local: JABOTICABAL

Esta licença de número 52001106 foi certificada por assinatura digital, processo eletrônico baseado em sistema criptográfico assimétrico, assinado eletronicamente por chave privada. Para verificação de sua autenticidade deve ser consultada a página da CETESB, na Internet, no endereço: www.cetesb.sp.gov.br/licenca

**PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS**

REVISÃO: 01

Associativo Jardim das Paineiras

DATA: 24/04/2015

Licença de Operação do Aterro Municipal de Viradouro

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

02

Processo N°
40/00016/09

LICENÇA DE OPERAÇÃO

VALIDADE ATÉ : 25/01/2016

N° 40000685

Versão: 03

Data: 25/01/2011

RENOVAÇÃO**IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE**

Nome	PREFEITURA MUNICIPAL DE VIRADOURO				CNPJ	45.709.912/0001-75
Logradouro	ROD. ARCOLINO ZANCHETA				Cadastro na CETESB	715-25-0
Número	Complemento	Bairro	CEP	Município		
	KM 8,75	ZONA RURAL	14740-000	VIRADOURO		

CARACTERÍSTICAS DO PROJETO

Atividade Principal				
Descrição ATERRO SANITÁRIO				
Bacia Hidrográfica 72 - PARDO		UGRHI 12 - BAIXO PARDO/GRANDE		
Corpo Receptor		Classe		
Área (metro quadrado)				
Terreno	Construída	Atividade ao Ar Livre	Novos Equipamentos	Lavra(ha)
50.239,20	26,88	47.663,76		
Horário de Funcionamento (h)		Número de Funcionários		Licença de Instalação
Início	às	Término	Administração	Produção
07:00		18:00	1	3
			Data	Número

A CETESB—Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Estadual nº 118/73, alterada pela Lei 13.542 de 08 de maio de 2009, e demais normas pertinentes, emite a presente Licença, nas condições e termos nela constantes;

A presente licença está sendo concedida com base nas informações apresentadas pelo interessado e não dispensa nem substitui quaisquer Alvarás ou Certidões de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal;

A presente Licença de Operação refere-se aos locais, equipamentos ou processos produtivos relacionados em folha anexa;

Os equipamentos de controle de poluição existentes deverão ser mantidos e operados adequadamente, de modo a conservar sua eficiência;

No caso de existência de equipamentos ou dispositivos de queima de combustível, a densidade da fumaça emitida pelos mesmos deverá estar de acordo com o disposto no artigo 31 do Regulamento da Lei Estadual nº 997, de 31 de maio de 1976, aprovado pelo Decreto nº 8468, de 8 de setembro de 1976, e suas alterações;

Alterações nas atuais atividades, processos ou equipamentos deverão ser precedidas de Licença Prévia e Licença de Instalação, nos termos dos artigos 58 e 58-A do Regulamento acima mencionado;

Caso venham a existir reclamações da população vizinha em relação a problemas de poluição ambiental causados pela firma, esta deverá tomar medidas no sentido de solucioná-los em caráter de urgência;

A renovação da licença de operação deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 dias, contados da data da expiração de seu prazo de validade.

USO DA CETESB

SD N°	Tipos de Exigências Técnicas
40002263	Outros

EMITENTE

Local: **BARRETOS**

Esta licença de número 40000685 foi certificada por assinatura digital, processo eletrônico baseado em sistema criptográfico assimétrico, assinado eletronicamente por chave privada. Para verificação de sua autenticidade deve ser consultada a página da CETESB, na Internet, no endereço: www.cetesb.sp.gov.br/licenca

ENTIDADE

**PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS**

REVISÃO: 01

Associativo Jardim das Paineiras

DATA: 24/04/2015



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

02

Processo N°
40/00016/09

LICENÇA DE OPERAÇÃO

VALIDADE ATÉ : 25/01/2016

N° 40000685

Versão: 03

Data: 25/01/2011

RENOVAÇÃO**EXIGÊNCIAS TÉCNICAS**

01. Atender integralmente ao Termo de Compromisso de Instituição de Recomposição ou de Compensação de Reserva Legal nº 4923/2010.
02. Manter o atendimento integral às exigências técnicas da Licença de Instalação nº 40000125.
03. Obter e apresentar à CETESB, dentro do prazo de vigência da presente Licença de Operação, a Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos, emitida pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, para o poço de captação de água subterrânea existente no empreendimento.

OBSERVAÇÕES

01. A presente licença é válida para a operação do aterro em valas de resíduos sólidos domiciliares em uma gleba de 50.239,20 m², com geração de 7,975 toneladas de resíduos por mês.
02. Torna-se sem efeito a Exigência Técnica n.º 1, desta Licença de Operação - Renovação, uma vez que não será exigida a averbação de Reserva Legal em "imóveis utilizados pela Administração (direta, indireta ou concessionária de serviço público) para uma finalidade pública", conforme determinação no processo GDOC n.º. 27699-769490/2009 da Procuradoria Geral do Estado, surtindo efeito e alterando, também sobre a validade da presente licença, que passa a ser válida até 25/01/2016.

ENTIDADE

**PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS**

REVISÃO: 01

Associativo Jardim das Paineiras

DATA: 24/04/2015

Licença de Operação da empresa de Incineração – NGA Jardimópolis.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

02

Processo Nº
04/00074/11

LICENÇA DE OPERAÇÃO PARCIAL

VALIDADE ATÉ : 21/12/2017

Nº **4005071**Versão: **01**Data: **21/12/2012****Ampliação Novos Equipamentos****IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE**

Nome	NGA JARDINÓPOLIS - NÚCLEO DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL LTDA.			CNPJ	10.556.415/0001-08
Logradouro	ESTRADA MUNICIPAL JARDINÓPOLIS/SALES OLIVEIRA			Cadastro na CETESB	399-201-0
Número	Complemento	Bairro	CEP	Município	
STO. ALEXANDRE		ZONA RURAL	14680-000	JARDINÓPOLIS	

CARACTERÍSTICAS DO PROJETO

Atividade Principal				
Descrição SERVIÇOS DE ESTERILIZAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE				
Bacia Hidrográfica 72 - PARDO		UGRHI 4 - PARDO		
Corpo Receptor		Classe		
Área (metro quadrado)				
Terreno 2.100,00	Construída	Atividade ao Ar Livre 177,00	Novos Equipamentos 80,15	Lavra(ha)
Horário de Funcionamento (h)		Número de Funcionários		Licença Prévia e de Instalação
Início 08:00	Término as 08:00	Administração 1	Produção 11	Data 13/07/2011
				Número 04000554

A CETESB—Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Estadual nº 118/73, alterada pela Lei 13.542 de 08 de maio de 2009, e demais normas pertinentes, emite a presente Licença, nas condições e termos nela constantes;

A presente licença está sendo concedida com base nas informações apresentadas pelo interessado e não dispensa nem substitui quaisquer Alvarás ou Certidões de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal;

A presente Licença de Operação refere-se aos locais, equipamentos ou processos produtivos relacionados em folha anexa;

Os equipamentos de controle de poluição existentes deverão ser mantidos e operados adequadamente, de modo a conservar sua eficiência;

No caso de existência de equipamentos ou dispositivos de queima de combustível, a densidade da fumaça emitida pelos mesmos deverá estar de acordo com o disposto no artigo 31 do Regulamento da Lei Estadual nº 997, de 31 de maio de 1976, aprovado pelo Decreto nº 8468, de 8 de setembro de 1976, e suas alterações;

Alterações nas atuais atividades, processos ou equipamentos deverão ser precedidas de Licença Prévia e Licença de Instalação, nos termos dos artigos 58 e 58-A do Regulamento acima mencionado;

Caso venham a existir reclamações da população vizinha em relação a problemas de poluição ambiental causados pela firma, esta deverá tomar medidas no sentido de solucioná-los em caráter de urgência;

A renovação da licença de operação deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 dias, contados da data da expiração de seu prazo de validade.

USO DA CETESB


SD Nº	Tipos de Exigências Técnicas
04014130	

ENTIDADE

EMITENTE

Local: **RIBEIRÃO PRETO**

Esta licença de número 4005071 foi certificada por assinatura digital, processo eletrônico baseado em sistema criptográfico assimétrico, assinado eletronicamente por chave privada. Para verificação de sua autenticidade deve ser consultada a página da CETESB, na Internet, no endereço: www.cetesb.sp.gov.br/licenca

	PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS	REVISÃO: 01
	Associativo Jardim das Paineiras	DATA: 24/04/2015

Licença de Operação da empresa – Dionísio Recicláveis



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

02

Processo Nº
04/00535/08

LICENÇA DE OPERAÇÃO

VALIDADE ATÉ : 18/07/2017

Nº **4005793**

Versão: **01**

Data: **18/07/2014**

RENOVAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Nome		CNPJ	
DIONÍSIO REICLÁVEIS COMERCIAL LTDA		05.855.407/0001-14	
Logradouro		Cadastro na CETESB	
RUA TOPÁZIO		582-2656-6	
Número	Complemento	Bairro	CEP
815		CAMPOS ELÍSEOS	14080-670
		Município	
		RIBEIRÃO PRETO	

CARACTERÍSTICAS DO PROJETO

Atividade Principal				
Descrição Recuperação de materiais não especificado anteriormente				
Bacia Hidrográfica 72 - PARDO		UGRHI 4 - PARDO		
Corpo Receptor		Classe		
Área (metro quadrado)				
Terreno 12.931,59	Construída 7.337,65	Atividade ao Ar Livre 3.323,94	Novos Equipamentos	Lavra(ha)
Horário de Funcionamento (h)		Número de Funcionários		Licença de Instalação
Início 07:30	Término às 17:30	Administração 11	Produção 77	Data
				Número

A CETESB—Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Estadual nº 118/73, alterada pela Lei 13.542 de 08 de maio de 2009, e demais normas pertinentes, emite a presente Licença, nas condições e termos nela constantes;

A presente licença está sendo concedida com base nas informações apresentadas pelo interessado e não dispensa nem substitui quaisquer Alvarás ou Certidões de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal;

A presente Licença de Operação refere-se aos locais, equipamentos ou processos produtivos relacionados em folha anexa;

Os equipamentos de controle de poluição existentes deverão ser mantidos e operados adequadamente, de modo a conservar sua eficiência;

No caso de existência de equipamentos ou dispositivos de queima de combustível, a densidade da fumaça emitida pelos mesmos deverá estar de acordo com o disposto no artigo 31 do Regulamento da Lei Estadual nº 997, de 31 de maio de 1976, aprovado pelo Decreto nº 8468, de 8 de setembro de 1976, e suas alterações;

Alterações nas atuais atividades, processos ou equipamentos deverão ser precedidas de Licença Prévia e Licença de Instalação, nos termos dos artigos 58 e 58-A do Regulamento acima mencionado;

Caso venham a existir reclamações da população vizinha em relação a problemas de poluição ambiental causados pela firma, esta deverá tomar medidas no sentido de solucioná-los em caráter de urgência;

A renovação da licença de operação deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 dias, contados da data da expiração de seu prazo de validade.

USO DA CETESB


SD N°	Tipos de Exigências Técnicas
91038960	

EMITENTE

Local: **RIBEIRÃO PRETO**

Esta licença de número 4005793 foi certificada por assinatura digital, processo eletrônico baseado em sistema criptográfico assimétrico, assinado eletronicamente por chave privada. Para verificação de sua autenticidade deve ser consultada a página da CETESB, na Internet, no endereço: autenticidade.cetesb.sp.gov.br

ENTIDADE

	PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS	REVISÃO: 01
	Associativo Jardim das Paineiras	DATA: 24/04/2015



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

02

Processo N°
04/00535/08

LICENÇA DE OPERAÇÃO

VALIDADE ATÉ : 18/07/2017

N° 4005793

Versão: 01

Data: 18/07/2014

RENOVAÇÃO

EXIGÊNCIAS TÉCNICAS

OBSERVAÇÕES

01. A presente licença é válida para o processamento anual de 39.550 ton. de sucatas de papel, papelão, plástico, madeira, vidro e metais, utilizando os equipamentos descritos no MCE constante do processo n° 04/00535/08.
02. Para emissão da presente licença foram analisados aspectos exclusivamente ambientais relacionados às legislações estaduais e federais pertinentes.
03. A presente licença não engloba aspectos de segurança das instalações, estando restrita a aspectos ambientais.
04. Esta Licença de Operação tem a validade acima mencionada, devendo a sua renovação ser solicitada à CETESB com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da data de validade, nos termos do parágrafo 6° do inciso III do art. 2° do Decreto Estadual n° 47.400 de 04 de dezembro de 2002.
05. Deverão permanecer cumpridas, na íntegra, as exigências técnicas da Licença de Instalação n° 4002082 e Licença de Instalação n° 4003330.
06. A constatação do não atendimento das exigências técnicas acima e/ou da inconsistência das informações prestadas pelo usuário implicará, automaticamente, no CANCELAMENTO da presente licença.

ENTIDADE

**Lei 12.305 de 02 de agosto de 2010****LEI Nº 12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010.**

Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I**DISPOSIÇÕES GERAIS****CAPÍTULO I****DO OBJETO E DO CAMPO DE APLICAÇÃO**

Art. 1^a Esta Lei institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis.

§ 1^a Estão sujeitas à observância desta Lei as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis, direta ou indiretamente, pela geração de resíduos sólidos e as que desenvolvam ações relacionadas à gestão integrada ou ao gerenciamento de resíduos sólidos.

§ 2^a Esta Lei não se aplica aos rejeitos radioativos, que são regulados por legislação específica.

Art. 2^a Aplicam-se aos resíduos sólidos, além do disposto nesta Lei, nas Leis nºs 11.445, de 5 de janeiro de 2007, 9.974, de 6 de junho de 2000, e 9.966, de 28 de abril de 2000, as normas estabelecidas pelos órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa) e do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Sinmetro).

CAPÍTULO II**DEFINIÇÕES**

Art. 3^a Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I - acordo setorial: ato de natureza contratual firmado entre o poder público e fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes, tendo em vista a implantação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto;

II - área contaminada: local onde há contaminação causada pela disposição, regular ou irregular, de quaisquer substâncias ou resíduos;

III - área órfã contaminada: área contaminada cujos responsáveis pela disposição não sejam identificáveis ou individualizáveis;

IV - ciclo de vida do produto: série de etapas que envolvem o desenvolvimento do produto, a obtenção de matérias-primas e insumos, o processo produtivo, o consumo e a disposição final;

V - coleta seletiva: coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme sua constituição ou composição;

VI - controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantam à sociedade informações e participação nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas relacionadas aos resíduos sólidos;

**Anexo 11 – Resolução CONAMA de 05 de julho de 2002****RESOLUÇÃO Nº 307, DE 5 DE JULHO DE 2002****Publicada no DOU nº 136, de 17/07/2002, págs. 95-96*****Correlações:***

- Alterada pela Resolução nº 448/12 (altera os artigos 2º, 4º, 5º, 6º, 8º, 9º, 10 e 11 e revoga os artigos 7º, 12 e 13)
- Alterada pela Resolução nº 431/11 (alterados os incisos II e III do art. 3º)
- Alterada pela Resolução nº 348/04 (alterado o inciso IV do art. 3º)

Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

O CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE-CONAMA, no uso das competências que lhe foram conferidas pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, regulamentada pelo Decreto nº 99.274, de 6 de julho de 1990, e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, anexo à Portaria nº 326, de 15 de dezembro de 1994, e

Considerando a política urbana de pleno desenvolvimento da função social da cidade e da propriedade urbana, conforme disposto na Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001;

Considerando a necessidade de implementação de diretrizes para a efetiva redução dos impactos ambientais gerados pelos resíduos oriundos da construção civil;

Considerando que a disposição de resíduos da construção civil em locais inadequados contribui para a degradação da qualidade ambiental;

Considerando que os resíduos da construção civil representam um significativo percentual dos resíduos sólidos produzidos nas áreas urbanas;

Considerando que os geradores de resíduos da construção civil devem ser responsáveis pelos resíduos das atividades de construção, reforma, reparos e demolições de estruturas e estradas, bem como por aqueles resultantes da remoção de vegetação e escavação de solos;

Considerando a viabilidade técnica e econômica de produção e uso de materiais provenientes da reciclagem de resíduos da construção civil; e

Considerando que a gestão integrada de resíduos da construção civil deverá proporcionar benefícios de ordem social, econômica e ambiental, resolve:

Art. 1º Estabelecer diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, disciplinando as ações necessárias de forma a minimizar os impactos ambientais.

Art. 2º Para efeito desta Resolução são adotadas as seguintes definições:

I - Resíduos da construção civil: são os provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha;


II - Geradores: são pessoas, físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, responsáveis por atividades ou empreendimentos que gerem os resíduos definidos nesta Resolução;

III - Transportadores: são as pessoas, físicas ou jurídicas, encarregadas da coleta e do transporte dos resíduos entre as fontes geradoras e as áreas de destinação;

IV - Agregado reciclado: é o material granular proveniente do beneficiamento de resíduos de construção que apresentem características técnicas para a aplicação em obras de edificação, de infra-estrutura, em aterros sanitários ou outras obras de engenharia;


V - Gerenciamento de resíduos: é o sistema de gestão que visa reduzir, reutilizar ou reciclar resíduos, incluindo planejamento, responsabilidades, práticas, procedimentos e recursos para desenvolver e implementar as ações necessárias ao cumprimento das etapas previstas em programas e planos;

VI - Reutilização: é o processo de reaplicação de um resíduo, sem transformação do mesmo;

	PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS	REVISÃO: 01
	Associativo Jardim das Paineiras	DATA: 24/04/2015

Anexo A


		Procedimentos operacionais sob responsabilidade do gerador	Obra: Jardim das Paineiras	
			Data: 24/04/15	Folha: 1/3
Resíduo	Procedimento	Cuidados Requeridos	Reutilização	
Lixo sanitário e lixo de refeitório	Será disposto em cesto com saco plástico imediatamente após a sua geração. O transporte interno será executado manualmente.	Dispor cestos de lixo com tampa de modo a evitar lixo espalhado na obra.	Não há	
Papéis em geral	Os papéis gerados no canteiro de obras serão descartados em latões, ou em baias na obra e depois destinados para Cooperativas ou para a ReciclaX.	Não há	Vedação de caixas de passagem, tubos e acessórios hidráulicos; Proteção de esquadrias, batentes, materiais de obra.	
Plásticos em geral	Os plásticos na obra serão armazenados em latões ou Baias para Cooperativas ou para ReciclaX.	Não há	Sacos plásticos em boas condições poderão ser utilizados para transportar ou armazenar produtos, materiais, etc.	
Vidro em geral	Os vidros de um modo geral serão acondicionados em latões, que por sua vez serão transportados e dispostos para Cooperativas ou para ReciclaX	Utilizar luvas e botas para evitar cortes e acidentes.	Não há	
Vidros quebrados e	Os vidros quebrados serão devidamente coletados utilizando	Utilizar luvas e botas para evitar cortes e acidentes.	Não há.	

	PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS Associativo Jardim das Paineiras	REVISÃO: 01
		DATA: 24/04/2015

cacos de vidro	pá e vassoura e acondicionados em sacos de papelão ou caixas de papelão, que por sua vez serão transportados manualmente e dispostos em Latões.		
----------------	---	--	--

Anexo A

		Procedimentos operacionais sob responsabilidade do gerador	Obra: Jardim das Paineiras	
			Data:24/04/15	Folha: 2/3
Resíduo	Procedimento	Cuidados Requeridos	Reutilização em obra	
Sacos de cal, cimento, rejunte, etc.	Após esvaziá-los completamente, os sacos de cal serão descartados em latões identificados ou baias na obra.	Não há	Transporte de cacos de vidro. Vedação de caixas de passagem, tubos e acessórios hidráulicos; Proteção de esquadrias, batentes, materiais de obra.	
Bloco de concreto e bloco cerâmico	Pedaços inaproveitáveis de bloco, localizados acima do pavimento térreo, serão descarregados através do tubo coletor. Os que estiverem localizados no pavimento térreo serão transportados através de carrinhos de mão ou bob cat até local destinados na obra. Depois será enviado para Reciclax.	Não há	Não há	
Argamassa	Sobras e restos de argamassa serão depositados em local na obra e depois serão enviados para Reciclax.	Não há	Não há	
Gesso	Armazenar o entulho de gesso dentro de latões com tampas dentro da casa em construção e	Não jogar outros tipos de resíduo em latões de entulho de gesso.	Não há	

	PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS Associativo Jardim das Paineiras	REVISÃO: 01
		DATA: 24/04/2015

	depois que terminar a colocação de todo o gesso das casas requisitar o caminhão de transporte para o aterro.		
--	--	--	--

Anexo A

		Procedimentos operacionais sob responsabilidade do gerador	Obra: Jardim das Paineiras	
			Data: 24/04/15	Folha: 3/3
Resíduo	Procedimento	Cuidados Requeridos	Reutilização	
Madeira	Madeira não mais reutilizável deverá ser armazenada em local definido na obra.	Retirar todos os pregos fixados na madeira.	Cunhas, locação de estacas, base para materiais, piquetes, etc.	
Metais	Todo resto de metal inaproveitável será transportado, manualmente ou através de carrinhos de mão para latões.	Serão transportados através de carrinho de mão, Bob cat ou Retroescavadeira.	Não há.	
Tubulações em PVC e eletro dutos	Pedaços inaproveitáveis de tubulações de PVC e eletro dutos serão recolhidos e encaminhados para local na obra. O transporte será manual ou através de carrinhos de mão ou Bob cat.	Não há.	Passagens hidráulicas na laje.	
Latas de Tinta	Serão lavadas e armazenadas em local coberto.	Não permitir o acúmulo de água.	As latas serão utilizadas para transporte de materiais (areia, brita, água, etc.)	
Concreto usinado	Restos inaproveitáveis de concreto serão transportados através de carrinhos de mão ou Bob cat até local destinado na obra.	Não há.	Não há.	
Solo Proveniente de	Será transportado através de carrinhos de mão ou equipamentos especializados como	Não há.	Aterro.	

**PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS**

REVISÃO: 01

Associativo Jardim das Paineiras

DATA: 24/04/2015

escavações	pá carregadeira, bob cat, por exemplo, para locais de aterro ou bota fora.		
------------	--	--	--

Resumo das empresas de coleta, destinação intermediária e destinação final dos resíduos da MDR Construtora.

Classe de Resíduos	Armazenamento temporário dos resíduos	Empresa de coleta e transporte	Local para destino intermediário	Local para destino final
A (Entulho L)	Em local na própria obra.	Caminhão da MDR Construtora.	RECICLAX	RECICLAX
B (Entulho M)	Em local na própria obra.	Caminhão da MDR Construtora.	RECICLAX	RECICLAX
B (Gesso)	Em tambor devidamente fechado	Veículo da MDR Construtora.	RECICLAX	CGR Guatapará
D	Na obra	NGA Jardinópolis	Armazenamento na própria obra.	CGR Guatapará
Orgânicos e Inorgânicos	Em lixeiras da própria obra.	Prefeitura Municipal de Viradouro.	-	Aterro Municipal de Viradouro.
EPIs contaminados	Em caixas na Obra.	NGA Jardinópolis	Obra	Planta de incineração da NGA Jardinópolis.

Fonte: MDR Construtora.